

ANEXO

Testemunho do autor da ideia legislativa “Piso salarial para as ASB e TSB de 2 salários mínimos”

A cidadã Andreia Maria Toledo Pires, de Minas Gerais, apresentou uma ideia legislativa que alcançou 21.004 apoios até julho de 2022 e resultou na Sugestão Legislativa (SUG) 09/2022. A proposta defende a criação de um piso salarial para os auxiliares de saúde bucal e técnicos em saúde bucal.

Sobre o testemunho do autor de ideia legislativa

O testemunho é um documento redigido pelo autor da ideia legislativa ou pela equipe do e-Cidadania. Em alguns casos, a equipe realiza a transcrição de áudio ou vídeo enviado pelo autor, ou elabora um texto a partir de uma entrevista. O testemunho é submetido ao autor da ideia para checagem, aprovação e autorização expressa para publicação. Dessa forma, o texto do testemunho constitui um retrato fiel do pensamento do cidadão. O auxílio na elaboração do documento é uma maneira de estender a participação popular no processo legislativo, uma vez que permitirá que pessoas de diferentes escolaridades apresentem seus argumentos.

O conteúdo do depoimento é de inteira responsabilidade do autor da ideia.

Depoimento

Os Auxiliares de Saúde Bucal (ASB) e os Técnicos em Saúde Bucal (TSB) são profissionais extremamente importantes em consultórios odontológicos. Sem eles, o trabalho desenvolvido pelo profissional dentista não é seguro.

De acordo com a Lei 11.889/2008, que regulamenta nossa profissão, cabe aos Auxiliares de Saúde Bucal preparar e fazer a assepsia do consultório no intervalo entre o atendimento de um paciente e outro; fazer a esterilização de instrumentais potencialmente contaminados pelo contato com sangue e saliva dos pacientes; além de cuidar do processamento de filme radiográfico – o que nos faz entrar em contato com material radiológico.

O Técnico em Saúde Bucal exerce praticamente as mesmas funções do Auxiliar de Saúde Bucal. Mas, sob a supervisão do cirurgião dentista, ele também pode fazer remoção de biofilme, remoção de sutura e tomada radiográfica – ou seja, o técnico

também é exposto ao risco de contato com material radiológico. Os dois profissionais também têm contato com material perfuro-cortante e aerossóis provenientes dos pacientes. Estamos sempre ao lado do cirurgião dentista enquanto o paciente é atendido.

Depois de muitos contatos com colegas de profissão de vários estados do Brasil, percebi que a diferença salarial entre estados é enorme. Na maior parte do Brasil, nosso salário é o salário mínimo. Não temos sequer um piso. A lei 399/1961 ("Altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas") não nos contempla, pois nossa profissão só foi regulamentada em 2008.

Muitos profissionais de saúde bucal acumulam funções de recepcionista e faxineira do consultório – fazem isso para ganhar um pouco mais, quando possível.

Por meio dessa ideia legislativa também busco o pagamento de insalubridade aos profissionais, conforme a periculosidade e o grau de exposição a que são submetidos. Muitos consultórios e mesmo prefeituras não nos pagam esse adicional. Temos direito a um adicional de 20%, 30% ou 40% do nosso salário pela insalubridade a que estamos expostos.

Nós pagamos anuidade a um conselho e temos uma profissão regulamentada, mas nossa classe está esquecida há anos. Também trabalhamos na linha de frente durante os dois anos de pandemia, mas não somos lembrados por essa atuação. É como se nosso trabalho existisse somente quando alguém tem uma dor de dente. Na pandemia, nós estávamos lá, ora nos consultórios aliviando a dor de quem não podia esperar, ora sendo remanejados para outros setores da área de saúde para lidar com a COVID. Temos lutado há anos por um piso salarial para a nossa classe. Buscamos apoio. Que alguém possa ver que fazemos parte da saúde como outras classes que já tiveram seu piso aprovado.